



Entre o silêncio e a visibilidade **O Orkut como espaço de luta por reconhecimento do movimento social dos surdos***

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz¹

Resumo

O presente trabalho pretende discutir como o surgimento de novos ambientes midiáticos pode favorecer a tematização de questões, a formulação de debates, a ressignificação de sentidos cristalizados e a luta por reconhecimento empreendida por determinados grupos sociais. Para tanto, analisamos alguns fóruns de discussão do Orkut relacionados ao movimento social dos surdos e às suas reivindicações por direitos e por reconhecimento social. Essas conversações informais que se estabelecem na rede geram verdadeiros debates acerca da identidade surda, do “ser surdo” no mundo e da aceitação da Língua Brasileira de Sinais como delimitadora dessa identidade. A partir de polêmicas suscitadas sobre esses temas, propomos uma análise do Orkut como espaço público onde se conformam lutas por reconhecimento.

Palavras-chave: reconhecimento, orkut, surdos

Novas arenas, novos sentidos

Em que medida podemos considerar a Internet como uma esfera pública de discussão? Partindo desse princípio, pode o Orkut² ser tomado como um espaço de reivindicações políticas e democráticas? À primeira vista, as respostas seriam negativas, principalmente em relação ao Orkut, considerando que ele é uma rede de relacionamentos virtuais, sem compromissos políticos e com características relacionadas à diversão. A própria página de abertura do site traz uma boa definição: “um ponto de encontro on line com um ambiente de confraternização, onde é possível fazer novos amigos e conhecer pessoas que têm os mesmos interesses”.

Entretanto, é preciso considerar que as funções do Orkut ultrapassam o mero lazer. O presente trabalho surge justamente das indagações que emergem das manifestações políticas de grupos marginalizados nesse espaço virtual. Ao observar que vários temas relevantes são discutidos em fóruns, que por sua vez são criados dentro de comunidades

* Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Internet e Política I, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

¹ Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista Capes e integrante do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública. regiane.lucas@gmail.com

² Rede social virtual, filiada e mantida pelo Google, criada em janeiro de 2004. A rede possui, até outubro de 2006, cerca de 30 milhões de usuários. A versão em português só foi criada no início de 2005.

temáticas, percebe-se que a rede de relacionamentos pode funcionar como uma nova arena política de luta por reconhecimento de identidades estigmatizadas. Consideramos aqui o Orkut como um ambiente midiático que dá espaço a uma pluralidade de vozes, mas que, *a priori*, é procurado por interesses específicos. Segundo André Lemos, “o ciberespaço é, ao mesmo tempo, lócus de efervescência social e canal por onde circulam formas multimodais de informação” (LEMOS, 2004, p. 15). Para ele, na Internet é possível potencializar tudo aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, tais como o compartilhamento, a distribuição, a cooperação, a apropriação dos bens e os conflitos. Nessa lista, é possível acrescentar a dinâmica democrática, os processos de deliberação e a luta por reconhecimento. Nesse sentido, podemos enxergar o ambiente midiático como uma reprodução do ambiente social, fazendo, é claro, ressalvas em relação à democratização do acesso e às restrições da comunicação mediada por computador.

Segundo Evans (2000), essas características da Internet todas somadas são responsáveis por gerar um ambiente mais democrático, não como um processo de decisão, mas como uma forma de vida que respeita as várias vozes heterogêneas e que pode se transformar em novas vozes, como um “corpo de vozes metamorfoseando”, que se utiliza de vários discursos para conformar um novo discurso. Diversos autores contestam essa visão, ao apontar que padrões de comportamento autoritários e antidemocráticos se reproduzem nas relações on line. Para nossos propósitos interessa abordar a internet como um novo sistema de relações sociais capazes de gerar novas comunidades. Segundo Castells (2004), “quando se estabilizam na prática, as redes on line podem construir comunidades, ou seja, comunidades virtuais, diferentes das comunidades físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes em unir e mobilizar” (CASTELLS, 2004, p. 161). Apesar de acreditar que, na maioria das vezes, esses laços são frágeis e que em rede o individualismo é mais forte, Castells ainda assim afirma que é possível empreender ações de mobilização social na rede e reunir interesses individuais em propósitos coletivos. Acredita-se, nesse trabalho, que o Orkut não seja necessariamente potencializador desse movimento de mobilização, principalmente no caso aqui analisado, em que o grupo em questão já faz parte de grupos politicamente motivados.

Propõe-se, nesse artigo, explorar como o Orkut serve de espaço e ao mesmo tempo de instrumento de luta pelo reconhecimento das pessoas surdas. Utilizando a teoria de Axel

Honneth sobre o reconhecimento, pretendemos articular a relevância deste para a constituição dos sujeitos surdos e como se dá essa dinâmica na esfera pública virtual. Existem várias comunidades temáticas, tais como “Surdos Oralizados”, “Surdo sim, deficiente não”, “Eu amo Libras”, “Libras é Legal”, entre outras. Não vamos nos ater a nenhuma delas, especificamente, mas apresentar um panorama geral sobre questões relevantes para o movimento social dos surdos. Em várias dessas comunidades são debatidos temas como o uso da Língua de Sinais (Libras), ensinar ou não Libras ao filho surdo, conquistas e lutas por direitos e identidade surda. De maneira informal, como uma conversa cotidiana, os debates se criam e se desfazem nessas comunidades, possibilitando a troca de entendimentos sobre o “ser surdo” e o questionamento sobre preconceitos ainda existentes.

Para entendermos como e porque se dá a luta por reconhecimento, faremos inicialmente um breve histórico sobre o movimento surdo. Em seguida, articularemos a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth com as demandas dos surdos apresentadas no Orkut. A dinâmica empreendida nessa luta por reconhecimento, a forma com que se estabelece o discurso na rede será o próximo passo desse trabalho. Pretendemos, por fim, explorar o modo pelo qual diferentes discursos informais sob a forma de uma conversação cotidiana se articulam no Orkut, através de uma pluralidade de vozes.

Cultura do silêncio, identidade coletiva

Parece estranho falar em luta por reconhecimento em tempos onde o discurso de inclusão social é bastante forte e convincente. Entretanto, não é inclusão o que vemos ao navegar pelas comunidades relacionadas às questões surdas. Várias reivindicações e discussões sobre o direito ao uso da Língua de Sinais e sobre a cultura e a identidade surda perpassam esses espaços. A falta de reconhecimento é uma constante na história dos surdos que optaram pela Língua de Sinais como meio de comunicação.

Na antiguidade, o ideal de beleza e perfeição representados pelos deuses gregos refletia diretamente na vida de quem nascia surdo (PERLIN, 2002). Eram imediatamente sacrificados ao nascer. Em outras sociedades antigas, os surdos eram considerados

incapazes, improdutivos e inferiores, ficando restritos aos seus lares por vergonha da família. Essa situação perdura até os dias de hoje em muitas famílias.

No século XVIII, ao observar que os surdos pobres da periferia de Paris se comunicavam através de gestos, o Abade L'Épée (1712-1789) resolveu aprender essa forma de comunicação e criou a primeira escola pública para surdos com a metodologia de ensino baseada no uso da língua de sinais. Esse modelo de educação se espalhou por toda a Europa, mas durou pouco mais de um século. Ele foi abafado pela força da medicina e por correntes filosóficas que refutavam a possibilidade de se comunicar e de ensinar através dos gestos. Em 1750 surge o método do oralismo, o qual considera a surdez uma patologia crônica, traduzida como uma lesão no canal auditivo que impede a aquisição da língua. Para os defensores do modelo médico, a voz é o único meio de comunicação e de educação. Esse modelo teve o seu ápice no Congresso de Milão (1880), que proibiu o uso da língua de sinais em todo o mundo.

Seguiram-se anos de extrema repressão, uso de violência física para quem ousasse se comunicar por gestos.

“Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade Surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto das diferenças em relação a qualquer outro grupo de sujeitos” (SKLIAR, 1998, P. 7)

Como forma de resistência, surgiram várias associações de surdos, onde era possível encontrar seus pares, se comunicar visualmente e viver a cultura surda. Em 1960, depois de se mostrar insatisfatório, o oralismo deixa de ser obrigatório e a língua de sinais adquire status de língua. Pesquisas americanas comprovaram a legitimidade da língua. Apesar disso, ainda há bastantes preconceitos em relação ao seu uso.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi oficializada como língua oficial e é utilizada em várias escolas. Então, por que ainda existem os paradigmas da “normalidade”, que insistem em descaracterizar a LIBRAS e os sujeitos surdos? Por que ainda são vigentes as idéias de inferioridade e incapacidade dos sujeitos surdos? Os debates dos fóruns do Orkut demonstram claramente a resistência em aceitar a surdez como cultura. Para a maioria dos participantes da comunidade “Pais de filhos surdos”, surdez é

deficiência e deve ser corrigida, mesmo que, para isso seja necessário fazer um implante coclear, cirurgia que implanta um aparelho no canal auditivo e que, segundo Patrícia Pinto, é considerada invasiva pelos surdos defensores da Língua de Sinais. É como se o surdo tivesse uma doença e precisasse ser curado (PINTO, 2006).

Essas questões são suscitadas porque ainda não há o reconhecimento de uma cultura surda, delineada por uma língua visual, que promove todo um modo próprio de ser e agir no mundo. É importante lembrar aqui que estamos nos referindo ao movimento surdo organizado, que vive esse modo de vida. Existem outros surdos que optaram ou foram impelidos a não usarem a LIBRAS.

Reconhecimento ampliado

Segundo Charles Taylor (1992), o reconhecimento é uma necessidade vital para os seres humanos, pois a nossa existência só é validada pela presença dos outros. A rejeição ou aprovação das pessoas que nos rodeiam fornecem meios para que os indivíduos construam um senso de valor sobre si mesmos. E isso só é possível através da interação, do diálogo e da negociação.

“Nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, freqüentemente, pela falta de reconhecimento dos outros, e, assim, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um dano real, uma distorção real, e as pessoas ou a sociedade em torno deles os enviarem uma mensagem especular que expressa uma figura confinante (aprisionadora), depreciativa ou desprezível. O não-reconhecimento pode causar prejuízos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém num modo de ser falso, distorcido, reduzido” (TAYLOR, 1992, p. 43 e 44)

Esse reconhecimento vai além da mera tolerância ou cortesia daqueles que apenas aceitam o outro, numa posição de conformidade (TAYLOR, 1992). Ela deve ser uma real construção intersubjetiva da aceitação da diferença. Isso se dá a partir do discurso daqueles que almejam uma outra forma de representação e de como os outros atores sociais recebem e aceitam esses argumentos. Afinal, o reconhecimento envolve, não só as vontades daqueles que o buscam, mas também as vontades daqueles que reconhecem. Tudo isso, por meio de uma negociação de sentidos entre ambas as partes.

No movimento surdo, tal negociação de sentidos é feita nas associações de surdos e nos espaços públicos ocupados pelos integrantes do movimento, dentre eles a Internet. A

questão do reconhecimento perpassa os sujeitos em sua existência, fazendo com que estes a carreguem consigo, nos lugares por onde transitam. Nas comunidades do Orkut, freqüentemente são encontrados depoimentos da reafirmação da identidade surda, casos de surdos não-oralizados bem sucedidos na profissão e na família, além de apresentarem pesquisas sobre a língua de sinais. Nos últimos meses, por exemplo, houve um grande embate sobre o uso ou não da língua de sinais na comunidade “Surdos Oralizados”.

Outro aspecto importante do reconhecimento é que ele deve ser recíproco e ampliado. Segundo Axel Honneth (2003) essa ampliação deve ser feita de modo a interligar três esferas de interação: a família, a sociedade e o Estado, que envolvem respectivamente o amor, a solidariedade e as leis. Baseado nas teorias de Mead e Hegel e na filosofia moral, Honneth acredita que a auto-realização do sujeito depende do reconhecimento nessas três esferas e que a falta de respeito em qualquer uma delas pode prejudicar a auto-afirmação e a autonomia do indivíduo.

Para Honneth, o amor representa a primeira etapa do reconhecimento. A família é o lugar onde acontecem as relações primárias e onde criança e mãe se sentem unidas por uma experiência recíproca de dedicação amorosa. É no interior das interações sociais familiares que “a criança aprende a se conceber como um sujeito autônomo por meio da relação emotiva com outras pessoas” (HONNETH, 2003, P. 163). Isso se dá na medida em que a dependência do bebê em relação à mãe diminui e a criança adquire a “capacidade de estar só” (2003:172). “A criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar só despreocupadamente” (2003:174). A autoconfiança propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, descrita por Honneth, vai ser a base do desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto-respeito que o sujeito desenvolve durante a vida.

A partir dessa autoconfiança individual, o sujeito adquire bases para a participação autônoma na vida pública, que por sua vez, requer outros dois tipos de reconhecimento, o legal e o da sociedade. Mais uma vez, nas comunidades do Orkut em questão, há vários debates sobre isso, envolvendo também pais e familiares dos surdos. É possível perceber um empenho em esclarecer o significado da cultura surda e promover a alteração dos entendimentos cristalizados em relação à ela. Na comunidade “Pais de filhos surdos”, os

discursos de defesa do implante coclear se mostram bastante reificados, gerando vários debates entre surdos e pais de surdos que ainda não conhecem a cultura visual.

No segundo âmbito apontado por Honneth, o direito, o autor afirma que só chegamos a uma compreensão dos nossos próprios direitos a partir do momento em que conhecemos os nossos deveres perante o “outro generalizado”³. Ao internalizarmos o entendimento de que outros membros de uma sociedade são portadores de direitos, podemos nos enxergar também como pessoa de direitos. Esse reconhecimento recíproco leva a um comportamento, em relação ao outro, de maneira válida, conforme quer ser reconhecido.

Entretanto, a reciprocidade desse reconhecimento só é alcançada a partir de uma evolução histórica, já que no direito tradicional, os sujeitos jurídicos têm seus direitos protegidos de acordo com a função social que desempenham. Com o direito pós-convencional, as leis adquirem uma característica da universalidade, sem exceções e privilégios e desvinculada de simpatias ou emoções. Antes, o grau de reconhecimento de direitos e estima social estavam ligados. Agora, os direitos devem ser aplicados a todos os sujeitos universalmente, gerando um respeito moral. A preocupação de Honneth, por outro lado, é quanto à legitimação dessas novas regras e a autonomia dos sujeitos de decidirem sobre as questões morais. Essas decisões devem envolver indivíduos em pé de igualdade que se reúnem para estabelecer um acordo racional que beneficie legalmente a universalidade. Se no reconhecimento no âmbito do amor o grande ganho é a autoconfiança dos sujeitos, no âmbito legal o reconhecimento dos sujeitos pela lei, além de gerar respeito cognitivo e garantir a integridade social dos indivíduos, ainda os leva a uma construção intersubjetiva de auto-respeito.

O terceiro e último tipo de reconhecimento elencado por Honneth é a estima social, baseada na solidariedade. Em sociedade, as pessoas têm estima umas pelas outras de forma gradativa e muitas vezes hierarquizada, de acordo com uma construção intersubjetiva. Essa estima não é dirigida a um indivíduo ou grupo apenas pelo fato de serem como são. Para alcançarem uma estima social, grupos discriminados devem promover uma redefinição da própria imagem pelos outros e pelos próprios discriminados, gerando um novo

³ Expressão utilizada por George Mead para se referir a uma consciência de si mesmo a partir do conhecimento que se tem do outro.

entendimento. Há uma reconstrução dos valores definidos em uma sociedade, que são dependentes da tradição. Se o indivíduo ou grupo social que sofre o desrespeito consegue revelar, de forma eficiente, o porque de serem valorizados, há uma reconstrução de um novo olhar e uma negociação de um novo sentido. Com isso, grupos sociais deixam potencialmente de sofrer agressões físicas, passam a ter as suas capacidades reconhecidas e desenvolvem intersubjetivamente uma auto-estima positiva.

A associação desses três tipos de reconhecimento funciona como um modelo ideal elaborado por Honneth. Para buscar esses três pontos, normalmente grupos que possuem seus modos de vida desvalorizados precisam passar por uma série de conflitos. Essas lutas moralmente motivadas podem levar a uma transformação social e a uma mudança de entendimentos a cerca de minorias estigmatizadas e discriminadas.

É nessa perspectiva que o movimento social dos surdos avança. Atualmente, o movimento coleciona uma série de conquistas legais. A mais importante delas foi o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial do país, em 2002. Ainda existem, entretanto, outras demandas legais reivindicadas por eles. Mesmo que as associações dos surdos e outras instituições encampem essas demandas, as conversações informais contribuem para que haja uma disseminação de informações e dos argumentos que envolvem essas reivindicações e o Orkut se conforma, nesse sentido, como espaço de reivindicação. Há comunidades de divulgação de leis aprovadas e de listas de assinatura com determinadas demandas, como por exemplo, a comunidade “Eu apóio a LEGENDA NACIONAL”, que reivindica legendas nos filmes nacionais e peças de teatro.

Mesmo que as leis estejam avançadas na perspectiva dos surdos, o reconhecimento no campo da estima social, pelo que pudemos observar nas comunidades do Orkut, ainda deixa a desejar. Os vários embates sobre o uso ou não da LIBRAS, a freqüente auto-afirmação de identidades e histórias de preconceito são bons exemplos disso. Segundo relatos do orkut, há casos em que os pais escondem os filhos por vergonha ou que os colocam em escolas para crianças com deficiência mental. Ainda predomina em sociedade e nas famílias o descrédito na capacidade cognitiva dos surdos. Muitos não aceitam o filho se comunique por meio da língua de sinais. Chegam até mesmo a proibir o contato com outros colegas que se comunicam dessa forma. A sociedade reproduz a mesma estrutura estigmatizante, como uma continuidade do lar. As poucas oportunidades de emprego

geradas por esse descrédito, somadas a uma estrutura educacional que não considera diferentes modos de vida delineados por uma cultura gestual fazem com que a luta pela estima social se torne ainda maior.

Conversação na rede, espaço público

Os debates que acontecem nos fóruns do Orkut trazem a público questões muitas vezes adormecidas na individualidade. Segundo Hannah Arendt (1989), determinados temas só se tornam realidade na medida em que se dão a ver, quando saem do domínio privado, emergem em um espaço público por meio da linguagem e a partir daí passam a ser examinados e discutidos. Eis o ponto de partida para tornar as reivindicações dos surdos passíveis de discussão e para desestabilizar concepções cristalizadas de entendimento sobre o “ser surdo”. Mesmo que o Orkut não seja como os meios de comunicação de massa, que possuem um grande público, ele acaba por atingir, no caso dos surdos, outros surdos que desconhecem a luta por reconhecimento, a Libras e a identidade surda. Amigos, familiares ou profissionais também participam dessas comunidades. Nesse sentido, o debate se faz, a princípio, por meio de quem os cerca, e a partir daí estabelece, cada vez mais, uma teia de significações que se ramifica ininterruptamente.

Diferentemente do discurso institucional das associações de surdos, na rede virtual de relacionamentos, esse discurso é individual, estabelecido muitas vezes na forma de conversas. Os indivíduos podem ou não estar ligados a uma institucionalidade, mas se manifestam ali como cidadãos comuns, conformados apenas pelo tema da comunidade. Consideramos assim, o Orkut como um espaço de conversação cotidiana, mas com fins políticos de alteração de entendimentos cristalizados.

Segundo Jane Mansbridge (1999), a conversação cotidiana nem sempre é autoconsciente, reflexiva e deliberativa, mas é uma parte crucial do sistema deliberativo completo de que as democracias necessitam, assim como os fóruns, as assembléias formais ou a mídia. Ou seja, são vários tipos de conversação com maior ou menor grau de formalidade. Para ela, “a conversação cotidiana entre os cidadãos, sobre problemas que o público deve discutir, prepara caminho para as decisões governamentais formais e para as decisões coletivas” (1999:212). Nos lares, locais de trabalho, grupos de amigos e nos

discursos informais on line, a conversação cotidiana exerce uma certa influência nos ativistas e não ativistas, mesmo que não sejam intencionais ou racionais.

Mansbridge considera que essas situações informais não são como a esfera pública teorizada por Jurgen Habermas, onde o discurso é racional e orientado para o entendimento (HABERMAS, 1997). A autora busca ampliar o conceito de razão pública a partir da inclusão da emoção no sistema deliberativo. Afinal, as conversas acabam por despertar reações nas pessoas, tais como entendimento, desprezo, interesse, apropriação, entre outros. E essa conversação que se dá nos mais diversos locais, reúne tanto os ativistas dos movimentos sociais, quanto os não-ativistas em dinâmicas onde a política está presente. É o que ela chama de ativismo dos não-ativistas. Além disso, ela conceitua política como tudo o que o público precisa discutir. “O pessoal torna-se político quando lutas individuais conectam-se conceitualmente com uma luta normativa ampla por igual status na política como um todo(1999:216). Ou seja, essas conversas cotidianas, dependendo do seu teor, podem ser poderosos momentos políticos, e não pré-políticos.

Ainda segundo Mansbridge, há algumas decisões que não precisam passar pelo Estado e que não demandam nenhuma ação por parte do governo. Esse é o caso de muitas questões referentes ao movimento surdo. As questões de estima social devem ser tratadas no âmbito da sociedade, com a busca pela mudança de entendimento sobre as potencialidades dos surdos. O ativismo, nesse sentido, é feito por meio do discurso informal com vistas a mudar ações e crenças dos outros. Essas conversas podem gerar conflitos, debates e aceitação de novas ideais, promovendo novos esquemas interpretativos, removendo convicções e alterando comportamentos.

A informalidade dos discursos do Orkut trabalha no sentido de descristalizar entendimentos em sociedade, mas também pode ser um princípio de articulação que venha a culminar em uma mudança institucional, como por exemplo nos casos de demandas legais. Se na rede os surdos coletam assinaturas para a aprovação da lei que obriga filmes nacionais e teatros a incluírem legendas, de alguma forma a participação chegará ao âmbito institucional, ou seja, ao Estado. Um outro exemplo em que esse fluxo é percebido indiretamente é quando insatisfações com a educação dos surdos são manifestas. Esses posicionamentos, como foi dito anteriormente, podem funcionar como uma rede, um fluxo que possa gerar uma mudança institucional e alterar assim alguma política educacional.

Para reafirmar a importância do discurso nessa renovação das instituições e nos entendimentos, James Bohman traz a tona formulações sobre o papel do discurso crítico empreendido por atores sociais, que busca quebrar rotinas e alterar entendimentos. Para ele,

“o papel do crítico é desbloquear o diálogo mudando as condições de comunicação. Usando um caráter auto-reflexivo de fala pública crítica, o crítico pode almejar aumentar não somente a consciência, mas também o nível do debate público, particularmente alterando suas interpretações, entendimentos e suposições implícitas”. (2000:205)

É tarefa do crítico então, desestabilizar práticas sociais cristalizadas e convencer os cidadãos por meio dos atos de fala. Na maioria das vezes, esses críticos são atores coletivos ou movimentos sociais que procuram propor novas reflexões, influenciar o sistema deliberativo, expressar novas necessidades e assim emergir como um novo público.

O papel discursivo dos atores coletivos, nesse sentido, se transforma num grande desafio na medida em que devem propor novos enquadramentos para a deliberação. Quando bem sucedidos, esses novos entendimentos construídos são chamados por Bohman de “revelação”. É uma mudança radical na interpretação do mundo e nos códigos culturais, significando uma nova verdade.

É exatamente essa revelação que a comunidade surda busca. Afinal, durante décadas essas pessoas foram estigmatizadas e desvalorizadas. Ao procurarem desconstruir esses entendimentos cristalizados sobre o sujeito surdo, o movimento desenvolve um discurso que valoriza as potencialidades dessas pessoas. Além disso, o discurso está constantemente permeado pelas conquistas legais e morais. A medida em que os surdos se apresentam como capazes de estudar, trabalhar, casar, levar uma vida normal como qualquer outra pessoa, eles promovem uma espécie de deslocamento nos entendimentos sócio-culturais cristalizados. Para aqueles que acreditavam na inferioridade dos surdos e da utilização da língua de sinais por eles, enxergar que a surdez não torna ninguém menos capaz pode significar uma profunda alteração nos códigos culturais.

Além de considerarmos o Orkut como uma arena pública de discussão onde há o cruzamento de vários discursos, é possível pensar esse ambiente midiático como um potencial agente de visibilidade de focos discursivos. Nas palavras de John Dryzek (2004), existem várias constelações de discursos situados na esfera pública. Para o autor, há uma

competição desses discursos, por meio do emprego da retórica (o que Bohman chamou também de ato de fala para o convencimento). Esses núcleos discursivos pretendem promover uma mudança de entendimento não só do pensamento vigente como também das instituições. Esses discursos formam redes, que muitas vezes não possuem uma organização central. Isso é bastante claro nas redes virtuais: a ausência de um centro discursivo e a presença de vários atores e vários discursos. Por exemplo, são vários pontos de vista sobre o uso da língua de sinais. Participam dessa imensa rede surdos sinalizados, surdos oralizados, ouvintes, profissionais da saúde, profissionais da educação, pais de surdos, entre vários autores. Eles se aglomeram na defesa de determinados discursos constituindo assim um foco discursivo.

Essa rede de discursos pode ser também considerada, de acordo com Habermas (1997), um agir comunicativo orientado para o entendimento, que acontece em uma esfera pública dividida por feixes de interesses. Para o autor, as pessoas trazem para os debates histórias de vida, que reunidas a outras histórias semelhantes constroem narrativas que os indivíduos podem identificar como próprias. Constroem-se, assim, a tematização de danos comuns e a articulação de novas demandas coletivas.. Entretanto, Habermas tende a focar quase exclusivamente no agir comunicativo se dá de forma racional e argumentativa. Tal posicionamento se choca com a “conversação cotidiana” de Mansbridge, que leva em conta também as emoções envolvidas no ato da conversação.

São esses focos discursivos que emergem no Orkut que promovem a alteração dos entendimentos e a ressignificação das identidades, fazendo com que as lutas por reconhecimento se tornem cada vez mais possíveis.

Considerações finais

Diante da articulação entre as questões sobre a luta por reconhecimento dos surdos e a emergência de um novo espaço midiático, mais informal e largamente acessado, podemos enxergar a constituição de um espaço público de discussão na rede, baseado nas conversações cotidianas mas com características políticas e democráticas. É preciso lembrar, entretanto, que esse modelo de espaço público diverge daquele proposto por Habermas ou por Hannah Arendt no que diz respeito à presença física dos participantes e à

simultaneidade nas respostas. Acreditamos aqui que isso realmente altera a dinâmica do debate público, mas não o torna menos relevante. Ele continua a funcionar com vistas à alteração de entendimentos cristalizados e à ressignificação de temas.

O fato de funcionar como uma conversação cotidiana, como colocamos no decorrer do texto, confere a esse espaço de discussão um *status* político, entendendo política como atividade constituinte dos sujeitos, que perpassa o seu cotidiano nos mais diversificados aspectos. Nesses espaços, não há uma deliberação pública clássica no sentido habermasiano, com fins à tomadas de decisão. Priorizamos, aqui, o processo dessa conversação, que busca desestabilizar preconceitos. Embora seja mediada por computador, emoções são expressas, há empenho em modificar a opinião do outro e uma certa racionalidade na argumentação, em boa parte dos casos.

Acreditamos também que, em nenhum momento esses espaços públicos virtuais venham substituir as atuais arenas e fóruns públicos, tais como as assembleias, associações, orçamentos participativos e debates mediados. É mais um desses espaços que se conforma e no caso dos surdos se mostra um campo bastante frutífero, na medida em que facilita a comunicação. Nem todas as pessoas sabem língua de sinais, inclusive profissionais que lidam diretamente com surdos e que muitas vezes são alvo das críticas do movimento surdo.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991. P 15 a 89.

ANTOUN, Henrique. A multidão e o futuro da democracia na cibercultura. In: FRANÇA, Vera et al (orgs.). **Livro da XI Compós 2002*: estudos de comunicação, ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.165-192

CASTELLS, Manuel. A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOHMAN, J. Social Critics, Collective Actors and Public Deliberation. In *___Public Deliberation*. Cambridge: MIT Press, p. 197-236

DRYZEK, J.. Legitimidade e Economia na democracia deliberativa, In: COELHO, Vera Shattan; NOBRE, Marcos (orgs). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p.41 – 62

HABERMAS, Jurgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. *In Direito e Democracia*. Tempo Brasileiro, 1997, vol I, p. 57 – 121

HONNETH, Axel. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. *In __. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p.155 - 2

LEMONS, André. *Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”*. In Contemporanea, Dez 2004, vol. 2, nº 2, p. 9-22

MANSBRIDGE, Jane. Everyday Talk in Deliberative System. *In: MACEDO, Stephen (ed). Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 211 - 228

PERLIN, Gladis T. T. *História dos Surdos*. Caderno Pedagógico – Pedagogia para Surdos. Florianópolis: UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina/ CEAD, 2002).

SKLIAR, C. (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.

PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. *Implante coclear: o imaginário e o mascarado sobre o povo surdo*. Artigo apresentado no 2º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação. Porto Alegre: Ulbra, 2006

TAYLOR, Charles. *El Multiculturalismo y “La Política del Reconhecimento”*. México. Ed. Fondo de Cultura Económica, 1992

Webibliografia

Amo LIBRAS

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=256662>

DA Não Surdo SIM

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=4589769>

Eu apóio a LEGENDA NACIONAL

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=3506800>

Libras é Legal

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=62227>

Pais e mães de surdos

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=8964625>

Surdos Oralizados

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=60081>

Surdos e Libras

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=1985591>